

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.017 - RS (2019/0352462-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : TIALER ARMENDARIS MULLER (PRESO)
ADVOGADOS : ALBERTO NUNES RODRIGUES - RS022011
FERNANDO FERREIRA DA SILVA - RS094642
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por TIALER ARMENDARIS MULLER contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (HC n. 5047594-09.2019.4.04.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi condenado à pena de 6 anos, 6 meses e 22 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, vedado o direito de recorrer em liberdade, pela prática do delito descrito no art. 33, c/c o art. 40, I, ambos da Lei n. 11.343/2006, porque, juntamente com um corréu e um menor de idade, portava **98,25kg de maconha** (e-STJ fls. 26/27).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, fundamentação genérica para a manutenção da segregação cautelar na sentença, sublinhando que o réu é primário, possui família e trabalho lícito. O Relator da ação no Tribunal de origem, contudo, indeferiu liminarmente o *mandamus* (e-STJ fls. 39/46).

Na presente oportunidade, a defesa alega que a decisão singular de primeiro grau violou o princípio constitucional da presunção de inocência, bem como apontou, de forma genérica, os requisitos previstos no art. 312 do CPP, estando a decisão desprovida de fundamentação.

Ressalta, ademais, a inviabilidade da execução provisória da pena, citando, ainda, as recentes decisões da Suprema Corte acerca do tema, asseverando, ainda, que o corréu, acusado da prática dos mesmos delitos, aguarda o julgamento de seus recursos em liberdade.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, requer, liminarmente e no mérito, o direito de o réu recorrer de sua condenação em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

Não há como prosseguir a irresignação.

Preliminarmente, observa-se que não se trata de execução provisória da pena, mas de manutenção da prisão cautelar de réu que respondeu ao processo segregado, tendo sido condenado à pena de 6 anos, 6 meses e 22 dias de reclusão, vedado o direito de recorrer em liberdade.

Observa-se ainda que o presente recurso ordinário foi interposto contra uma decisão monocrática indeferido liminarmente o *habeas corpus*, sendo que a defesa não interpôs o recurso cabível, de modo a obter um pronunciamento do colegiado e, desse modo, atrair a competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, II, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ORDEM INDEFERIDA LIMINARMENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE PER SALTUM. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA.

1. Não cabe habeas corpus contra decisão monocrática de Desembargador relator, porquanto ausente manifestação colegiada do órgão de origem, pendente o esgotamento da instância a quo.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 525.932/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA. RELATOR ORIGINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DECISÃO ORA AGRAVADA. FUNDAMENTAÇÃO INATACADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Impossibilidade de conhecimento do writ, uma vez que a

parte impetrante se insurgiu contra decisão singular de Desembargador Relator contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes.

2. Ausência de ilegalidade em se negar seguimento ao writ, por decisão monocrática, tendo em vista se tratar de matéria com entendimento consolidado nesta Corte. Precedentes.

3. Inviável o agravo regimental que não impugna os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182/STJ).

4. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no HC 512.874/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 29/08/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL ESTADUAL QUE DENEGOU A ORDEM ORIGINÁRIA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO REGIMENTAL NA ORIGEM. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. CABIMENTO. EMBARGOS CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL, AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. Na falta de indicação de qualquer dos vícios constantes no art. 619 do CPP, e do manifesto caráter infringente do recurso, impõe-se o acolhimento dos embargos de declaração como agravo regimental, em atenção ao princípio da fungibilidade recursal.

2. "Não é cabível impetração de habeas corpus contra decisão monocrática, para a qual há previsão legal de interposição de recurso interno a ser submetido ao Colegiado competente, na mesma instância" (AgRg no HC 494.883/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 30/4/2019).

3. No caso, mesmo diante da alteração da situação fática processual destes autos, em razão da notícia do exame do mérito da impetração originária, deve ser mantido o indeferimento liminar do habeas corpus, uma vez que o ato coator permanece sendo decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

4. Embargos de declaração conhecidos como agravo

Superior Tribunal de Justiça

regimental, ao qual se nega provimento. (AgRg no HC 522.229/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 19/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. CONCUSSÃO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. PERDA DO CARGO PÚBLICO. NECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO OU AMEAÇA DE VIOLÊNCIA AO DIREITO AMBULATÓRIO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO.

1. É inviável o conhecimento do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes do STJ e do STF.

(...)

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 425.465/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017)

Ademais, observa-se que o Relator da ação originária reconheceu a legalidade da prisão preventiva do réu, mantida na sentença com base nos motivos declinados no decreto inicial (e-STJ fl. 25):

- Da manutenção/revogação da prisão

O réu TIALER ARMENDARIS MULLER teve a sua prisão preventiva decretada em 13.12.2018, nos moldes do art. 312 do Código de Processo Penal (evento 45, Inquérito Policial).

Pois bem, nenhum elemento novo surgiu que alterasse o cenário que se apresentava à época da decretação da prisão preventiva, mantendo-se hígidos os requisitos ensejadores da segregação preventiva, de acordo com a decisão supramencionada.

Tais pressupostos, ademais, estão agora respaldados por sentença que condenou o réu pela prática de infração penal grave, o que reforça a necessidade do encarceramento a fim de, além de garantir a ordem pública, assegurar a aplicação

da lei penal.

Nesse contexto, tendo o réu respondido ao processo encarcerado e sobrevivendo condenação à pena privativa de liberdade com regime de cumprimento inicial fechado, mantenho a prisão preventiva de TIALER ARMENDARIS MULLER.

Ocorre que os referidos motivos adotados para manter do réu encarcerado após sua condenação, negando o direito de recorrer em liberdade, também já foram examinados por esta Corte no RHC 113.246/RS, cujo acórdão recebeu a seguinte ementa:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO (APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA). RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. Na hipótese em tela, as instâncias ordinárias destacaram de forma suficiente elementos que demonstram a periculosidade e o risco de reiteração do recorrente e, portanto, a necessidade da segregação como forma de garantia da ordem pública.

3. Caso em que a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal para garantia da ordem pública em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelas circunstâncias extraídas do flagrante - apreensão de 98,25Kg de maconha -

Superior Tribunal de Justiça

transportados rumo ao Uruguai, na companhia de um adolescente.

4. A Corte estadual ressaltou, ainda, que o recorrente ostenta dois apontamentos criminais, ambos referentes a posse de drogas e transacionados perante a Justiça Estadual, além de registros policiais relacionados aos delitos de receptação, ameaça e lesão corporal.

5. As condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

6. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

7. Recurso desprovido.

Como é cediço, "[n]ão se conhece de *habeas corpus* que deduz pretensão já apreciada e julgada em anterior impetração." (AgRg no HC n. 469.249/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator